

PROCESSO - A. I. Nº 121644.0008/04-7
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - FRIGO ARMAZÉM A. O. L. LTDA.
RECURSO - RECURSO OFÍCIO - Acórdão 1ª JJF nº 0392/01-04
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET - 17/12/2004

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0425-11/04

EMENTA: ICMS. ARBITRAMENTO. SINISTRO EM DOCUMENTOS FISCAIS. Apesar do arbitramento da base de cálculo ser indicado para a situação em tela, a exigência fiscal não subsiste, pois a base de cálculo arbitrada foi inferior àquela declarada regularmente na DME pelo contribuinte. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício, previsto no art. 169, I, “a-1”, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto n.º 7.629/99, impetrado pela 1ª JJF, através do Acórdão nº 0392-01/04, que julgou Improcedente o Auto de Infração em epígrafe.

A acusação fiscal é de falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$ 21.958,86, apurado por meio de arbitramento da base de cálculo, em virtude da falta de apresentação ao fisco de documentação fiscal e contábil, relativo aos exercícios de 2000 a 2003.

A Decisão recorrida foi no sentido de que os valores das vendas arbitrados, efetivamente, são inferiores aos constantes em suas DMES. Assim, entendeu a JJF descaber a exigência da autuação.

VOTO

Da análise das peças processuais, constato que o arbitramento foi procedido em razão do contribuinte não ter apresentado ao fisco talonários de Notas Fiscais de números 0001 a 2750 e 4601 a 6050, extraviados na enchente do Rio Subaé, em cuja margem localiza-se o estabelecimento autuado, fato que levou o Poder Público Municipal a decretar “situação de emergência” na Cidade de Santo Amaro, conforme comprovado à fl. 42 dos autos.

Realmente, a não apresentação dos referidos documentos fiscais, sem sombra de dúvida, inviabilizou o preposto fiscal de aplicar o roteiro de auditoria de estoques e, conseqüentemente, diante de tal circunstância, a fiscalização poderá arbitrar a base de cálculo do ICMS, conforme previsto no art. 937, inciso I, do RICMS/BA, caso fique comprovado que o contribuinte incorreu na prática de sonegação do imposto e não foi possível apurar o montante real da base de cálculo.

Porém, do cotejo entre as bases de cálculo arbitradas (fls. 8 a 11 dos autos) e as vendas declaradas pelo contribuinte, através de DME (fls.44 a 47), inerentes ao período fiscalizado, conclui-se que os valores oferecidos à tributação foram mais expressivos que os valores apurados, consoante demonstrado no quadro abaixo:

ANO	BASE DE CÁLCULO	
	ARBITRADA	DECLARADA DME
2000	89.586,12	94.677,61
2001	77.617,90	97.572,00
2002	34.963,00	58.850,00

2003	21.968,11	68.530,00
------	-----------	-----------

Por outro lado, o próprio autuante, em sua informação fiscal, às fls. 49 e 50 dos autos, opina pela Improcedência do Auto de Infração, uma vez que o contribuinte recolhe corretamente o ICMS, na condição de microempresa do SimBahia; que não foram constatadas divergências na análise das informações econômico-fiscais e dos registros do sistema CFAMT e que, pelos elementos que lhe foram exibidos, não foi constatada sonegação fiscal.

Assim, diante do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **121644.0008/04-7**, lavrado contra **FRIGO ARMAZÉM A. O. L. LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 2 de dezembro de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ – REPR. DA PGE/PROFIS